

Antissemitismo e Extremismo Hoje: O Circuito Entre o Centro e a Periferia

Carlos Alberto Afonso

Com a divisão de Berlim, em 1945, a área onde existiu, até 1938, a maior sinagoga da antiga capital alemã ficou na zona ocidental. A sinagoga foi incendiada, durante a grande operação de terrorismo de estado conhecida como Kristallnacht, levada a cabo pelo regime nazista para arrasar lojas, locais de culto e propriedade judaica em geral, ao longo de toda a Alemanha, em 9 e 10 de Novembro de 1938. Depois da guerra, no terreno primeiro ocupado pela sinagoga, foi construído o Centro Comunitário Judaico de Berlim. A 9 de Novembro de 1969, durante uma cerimónia memorial para marcar a Kristallnacht, o edifício foi alvo de um atentado terrorista falhado, porque a bomba não explodiu, devido a um agente infiltrado no grupo que perpetrou o atentado. Este grupo, os Tupamaros de Berlim Ocidental, era uma das organizações terroristas de jovens de extrema-esquerda que proliferaram na Alemanha, nos anos 1960 e começo da década seguinte, tendo sido o caso mais notório o Grupo Baader-Meinhof, depois denominado de Facção do Exército Vermelho.

O pequeno grupo de Tupamaros alemães expressava o seu internacionalismo revolucionário, combinando o treinamento em campos de guerrilheiros palestinos, na Jordânia, com a adoção do próprio nome de Tupamaros, em homenagem ao grupo de guerrilha urbana do Uruguai que era ativo naqueles mesmos anos. O antissemitismo, que tinha sido a insígnia da direita radical e do nazismo, tornou-se, no pós-guerra, particular atributo da extrema-esquerda radical (Kundnani, 2009), constituindo, atualmente, um sinuoso problema político e intelectual, no contexto

da dominante cultura do liberalismo de esquerda.

Neste sentido, Robert S. Wistrich (2012) refere, numa perspetiva histórica sobre os movimentos socialista e marxista, desde o século 19, que a esquerda nunca teve verdadeiramente inclinação para aceitar, ou mesmo tolerar os judeus, porque a ‘ambiguidade’ dos judeus, diz Wistrich, desorganizava os paradigmas ideológicos. Os judeus eram um povo perseguido, mas, por outro lado, não reproduziam a visão de classe oprimida, inclusive porque, devido ao papel de muitos judeus no sistema económico e financeiro, estavam, frequentemente, na esfera do capital, ou, como os Rotschids, eram mesmo o símbolo do capitalismo dinástico. Além disso, os judeus adaptaram-se muito bem à emergência da secularização moderna, mas, ao mesmo tempo, a religião continuou a ser, mesmo para os judeus ateus – uma expressão que parece um oxímoro – uma parte constitutiva da identidade judaica e da visão da continuidade judaica na história. Um destes judeus ateus era Freud que, no seu estudo sobre a figura de Moisés e a invenção do monoteísmo pelo povo hebreu, concluiu que o rigor da crença num só Deus preparou o caminho para o rigor do racionalismo científico moderno que apenas permite acreditar na realidade comprovada e comprovável.

Durante dois mil anos de diáspora, marginalização e perseguição, os judeus tornaram-se parte fundamental da cultura ocidental que os tentou extinguir. Mas não apenas os Freuds e Rotschids, também o judeu comum tornou-se o judeu indispensável. Uma conhecida evocação antissemita que procura justificar o apoio, ou, pelo menos, a indiferença, em relação à perseguição dos judeus pelos alemães, na Polónia ocupada, era que os judeus possuíam a maior parte do pequeno e médio comércio, explorando a população polonesa. No entanto, os judeus eram também a maior parte e, em muitos casos, a totalidade dos médicos, no mundo rural e nas pequenas cidades da Polónia pré-Holocausto. Estas situações testemunham o valor analítico da noção de ‘ambiguidade’ para compreender a condição judaica e o antissemitismo. Os judeus podem ser tratados como marginais, mas o judeu nunca está ‘na margem’.

Um caso expressivo foi a perseguição conhecida como a ‘Conspiração dos Médicos’, em 1952-1953, fabricada por Stálin para acusar médicos, maioritariamente judeus, de tentarem assassinar a liderança soviética. Desde 1917, o regime soviético, antes e durante o estalinismo, tinha levado a cabo, por várias vezes, a repressão de judeus, mas como aconteceu com muitos outros grupos. Desta vez, porém, tratou-se da maior campanha pública de antissemitismo na história soviética. Stálin resgatou o típico argumento da conspiração sionista que Hitler também usou, no estilo

dos Protocolos dos Sábios de Sião, de que os judeus, com o seu dinheiro e desproporcional importância no campo intelectual, dirigem uma conspiração mundial, a favor, segundo Stálin, dos interesses do capitalismo e da América, a fim de destruir a União Soviética. A acusação era que os judeus soviéticos tinham conhecimentos que podiam utilizar para sabotar o regime, incluindo atingir diretamente o centro do poder da União Soviética, da forma mais traiçoeira, porque eram eles os médicos do Kremlin.

O terror estalinista baseava-se na invenção do inimigo interno, com o ponto alto nos grandes expurgos dos anos 1936 a 1938. Mas, com a emergência da Guerra Fria, em 1945, a União Soviética estendeu o seu império de Vladivostok à antiga Alemanha de Leste e, neste contexto, um movimento repressivo interno contra o apparatus administrativo e militar poderia enfraquecer a posição soviética, na competição mundial com os Estados Unidos. Não havendo mais nenhum grupo para perseguir, no alto escalão soviético, os médicos judeus do Kremlin estavam à mão, constituindo uma substantiva expressão dos perigos da ‘ambiguidade’ de ser judeu. Na imaginação antissemita, é difícil colocar o judeu simplesmente ‘no seu lugar’, como se faz com outros grupos marginalizados ou perseguidos, porque o judeu nunca tem um lugar, é marginal e está na órbita do poder ao mesmo tempo. Além disso, na visão antissemita, um judeu nunca é apenas um judeu, porque está sempre ligado, de forma conspiratória, a um quinta coluna de judeus espalhados pelo mundo. Uma locução central destas alegações antissemitas é que a primeira lealdade de um judeu nunca é ao país onde vive.

Numa discussão sobre identidade e injustiça económica, Nancy Fraser menciona o ‘contraste entre antissemitismo e supremacia branca’. A ideia é retirada de um livro de 1970, *Caste, Class and Race*, que Fraser considera ‘injustamente negligenciado’, escrito pelo sociólogo marxista negro americano, nascido em Trindade e Tobago, Oliver Cromwell Cox:

Cox sugeriu que, para o antissemita, a própria existência do judeu é uma abominação; por isso, o objetivo não é explorar o judeu, mas eliminá-lo, ou eliminá-la como tal, seja por expulsão, conversão forçada, ou extermínio. Para o supremacista branco, em contraste, o ‘Negro’ está muito bem como está – no seu lugar, seja o homem negro ou a mulher negra: como um suprimento explorável de trabalho braçal barato. Aqui o objetivo preferido é a exploração, não a eliminação (Fraser, 1997, p.35-36, n.19).

Na verdade, esta explicação, que procura colocar em campos bem distintos a experiência negra e a experiência judaica, negligencia ela própria a questão fundamental de que ambos, negros e judeus, são o objeto das duas grandes tradições do racismo ocidental e que, além disso, ambas as tradições são tendencialmente genocidas. A escravidão significava que os negros podiam ser destruídos, individualmente, como pessoas, mas eram para ser reproduzidos enquanto grupo, a fim de garantir a continuidade do trabalho escravo. Esta situação é que sobreviveu ao fim da escravatura para perpetuar, agora, os negros como mão de obra barata, na cultura e economia do supremacista branco, mas também para continuar a destruir e destituir os negros como pessoas. Por outro lado, no comentário de Cox, como referido, o judeu representa, para o antissemita, uma ‘abominação’ que tem de ser erradicada por ‘expulsão, conversão forçada, ou extermínio’. O problema é que o extermínio não é uma terceira alternativa, mas constitui o princípio intrínseco da abominação – a ideia de que os judeus, de alguma forma, não deveriam, simplesmente, existir e continuar a existir – tendo a lógica exterminista atingido o paroxismo histórico com a Solução Final do Holocausto. A diferença, assim, não é entre exploração e eliminação, mas entre dois conceitos e duas práticas de racismo genocida, porque ‘o antissemita’ e o ‘supremacista branco’ são, frequentemente, o mesmo personagem, numa diversidade de papéis.

Desta forma, penso que é igualmente importante enfatizar que outro significativo ponto em comum entre negros e judeus é que ambos foram, e continuam a ser, o objeto particular de antagonismo de setores da escala mais baixa da sociedade. O termo ‘white trash’ é a expressão para isto, no caso dos negros americanos, quando um branco para se sentir ‘branco’ tem que ter pessoas negras abaixo dele ou dela. Os pogroms contra judeus, na Europa oriental, como tantas outras versões da politização antissemita, na história da Europa, a Inquisição ibérica em particular, apelavam, no campo retórico, para a culpa religiosa dos judeus pela morte de Cristo que, nesta visão, os degenerou para sempre como raça, mas servindo, na prática, para usar a violência contra judeus, a fim de manipular tensões no interior da própria sociedade dominante.

No caso do nazismo, porém, a perseguição dos judeus não teve uma argumentação religiosa. Hannah Arendt considerou o antissemitismo nazista como a expressão, por excelência, da relação da população alemã com a violência nazista que designou como ‘uma mistura de credulidade e desconfiança’ (Arendt, 1966, p.382). Assim, todos sabiam, antes e depois da Kristallnacht, que os judeus, que passaram

a usar a compulsória estrela amarela, não tinham feito nada de que eram acusados, cada dia surgindo uma nova medida restritiva para lhes retirar, um a um, os direitos de cidadania. Mas, em aparente contradição com esta desconfiança, a população resolveu acreditar no imperativo da destruição dos judeus, porque os judeus estavam, dizia-se, a destruir a Alemanha. Em qualquer caso, dificilmente a convivência da população com a política nazista de extirpação dos judeus da sociedade alemã, depois de 1933, e a convivência, depois de 1939, das próprias populações da Europa ocupada, incluindo as duas França, a ocupada e a de Vicky, com a política de extermínio dos judeus pode ser compreendida, sem o nexus popular entre inveja e antissemitismo. A imagem das bagagens dos judeus levadas para galpões em Auschwitz, separando, meticulosamente, os objetos segundo itens, é a forma última de uma persuasão criminosa de que o judeu, mesmo espoliado e fugitivo, tinha sempre alguma coisa de valor escondida para ser roubada.

A influência dos poderes da inveja na delinquência antissemita precisa ser explicada, porém, porque a inveja está em toda a parte nas relações sociais, inclusive o facto de que, muitas vezes, apelos por justiça social, igualdade e redistribuição são, na verdade, mais orientados pela inveja e expectativas aquisitivas do que pela genuína preocupação e responsabilidade solidária com os destituídos. René Girard (1991) explora a noção de inveja em Shakespeare, considerando que a inveja é uma área particular da extensa relação entre desejo e poder. As pessoas desejam coisas, porque sabem que essas coisas são o objeto de desejo de outras pessoas. Em última instância, o que as pessoas desejam é poder, porque poder é o objeto que todos querem. Assim, Girard define a inveja como ‘desejo mimético’ que tem lugar num característico ‘teatro da inveja’, onde as pessoas não querem apenas o que outros têm, mas queriam ser como essas pessoas que têm essas coisas, materiais ou intelectuais. Ao contrário, porém, dos heróis que se querem imitar, o trabalho mimético da inveja é destruir e difamar o modelo.

Podemos alargar esta análise, considerando que Shakespeare, um trabalhador intelectual que vivia do que escrevia, sabia que tinha de ter sucesso. Mas, para ele, o sucesso de uma peça de teatro era medido também pela capacidade de refletir a questão radical do sucesso na vida humana, ou em que medida, nas diferenças que nos separam, conseguimos cumprir bem o papel que nos coube nas pequenas e grandes vidas que tivemos aqui. Não obstante o bem conhecido antissemitismo do próprio Shakespeare, a questão é que o judeu é a imagem, por excelência, do sucesso da continuidade e da sobrevivência. A fundação do estado de Israel, em 1948, depois

de quase dois mil anos a seguir às revoltas dos judeus contra o poder de Roma, é uma expressão quintessencial desta continuidade, mas abriu também o contexto para as transformações do problema do antissemitismo, no mundo de hoje, intrinsecamente articulado com a questão de Israel.

A condenação da política de Israel em relação aos palestinianos, nos territórios ocupados da margem ocidental do Jordão e na Faixa de Gaza, é sobretudo baseada na perspectiva de que o estado de Israel é ideologicamente orientado pelo sionismo que, nesta visão, defende os direitos dos judeus à Palestina, mas nega os direitos, ou mesmo a própria existência dos palestinianos como povo, e criando uma política de apartheid. Mas, ao contrário do passado, quando antissionismo e antissemitismo eram, para Hitler e Stálin, declarativamente, os dois lados do mesmo ódio, os críticos antissionistas de Israel afirmam que o seu antissionismo não se pode confundir com antissemitismo, anti-judaísmo, negação do Holocausto ou hostilidade contra os judeus em geral, considerando as acusações de antissemitismo, em resposta às críticas contra Israel, como pura má consciência conservadora.

Este debate criou uma manifesta fratura no interior das próprias comunidades judaicas, em particular nos Estados Unidos, onde judeus liberais são parte importante da advocacia crítica da questão palestiniana, na academia, nos media, nos campos universitários e na sociedade americana em geral, incluindo apoiantes judeus do movimento BDS (Boycott, Divestment and Sanctions), promovido por ativistas palestinianos para o boicote económico e político de Israel. Por sua vez, académicos americanos desenvolvem o seu próprio movimento de boicote a académicos e investigadores de Israel, incluindo, de igual modo, académicos judeus que são nomes de topo em universidades americanas e nas suas áreas científicas, alguns aparecendo em eventos públicos de apoio ao Hamas e a radicais palestinianos. Por outro lado, também em Israel, é crescentemente influente o ativismo contra a política do estado israelita em relação à população palestiniana, considerada um 'abuso da história' (Finkelstein, 2008), no sentido de se pretender enfatizar os direitos históricos do regresso dos judeus à Palestina, obliterando, porém, a história da presença palestiniana e, em particular, segundo este argumento, abusando sentimentalmente da história do Holocausto para legitimar Israel.

O outro aspecto constitutivo deste debate, atualmente, é a ideia da islamização do antissemitismo. A aversão e acrimónia contra Israel, no Médio Oriente, é, além disso, um aspeto característico das comunidades de imigrantes muçulmanos na Europa e Estados Unidos, onde, em contrapartida, as comunidades judaicas são importantes

apoiantes do estado de Israel. Também neste ponto os críticos antissionistas afirmam que, em larga medida, o ódio contra judeus, por parte de emigrantes muçulmanos e por muçulmanos em geral, é, em última instância, determinado pelo efeito inflamatório da própria violência israelita e do boicote contra os palestinos. É neste sentido, como atos de resistência legítima, que costumam ser explicados a Intifada, os ataques contra colonos e militares israelitas nos territórios ocupados, assim como o lançamento de rockets pelo Hamas, a partir de Gaza, contra Israel.

Mas em que medida se pode realmente falar em islamização do antissemitismo? Para responder a isso, é necessário ter em atenção que, desde o 11 de Setembro, o conflito israelo-palestino passou a estar englobado pela questão mais vasta da ameaça estratégica que o extremismo com origem no Médio Oriente coloca à segurança do sistema internacional. Frequentemente explicado como uma questão religiosa, o extremismo é melhor compreendido, na verdade, como o resultado do fracasso da política de secularização no Médio Oriente, conforme elites intelectuais e políticas tentaram fazer a sua própria modernização, importando, num puro processo de conveniência, o que lhes interessava da cultura ocidental. O colapso do movimento da unidade árabe, fortemente personalizado pela figura do Presidente Nasser do Egito, com o fim das guerras Israelo-Árabes em 1973, a quarta vez que Israel derrotou uma coligação árabe desde 1948, foi também o colapso de uma história de ocidentalização self-service que tinha começado com o movimento egípcio al-Nahda ('renascimento', em árabe), no século 19.

Os políticos e intelectuais do chamado 'secularismo árabe', da mesma forma que o regime do Xá do Irão, que acabou substituído pelo Ayatollah Khomeini e a Revolução Islâmica de 1979, queriam uma fachada de secularização sem democracia secular, o que acabou por alimentar a politização do Islão como o recurso de forças extremistas que usam o radicalismo para, simultaneamente, lutarem contra o Ocidente e atingirem o status quo dos poderes da região. Nesta perspetiva, o extremismo, que diz respeito tanto a grupos militantes e forças terroristas não-estado, como à farsa teocrática do regime do Irão, ocupou o vazio criado pelo secularismo de meias medidas que pretendia perpetuar uma cultura autoritária de que a religião era um fundamental instrumento. Neste ponto, a leitura que quero propor é que os extremistas muçulmanos imitam o ódio ao Ocidente que constitui um distintivo da própria cultura ocidental moderna.

Até à Primeira Guerra, a Europa usou o terror, a nível mundial, como arma do colonialismo, mas, com a emergência do totalitarismo nazista e estalinista, o terror

totalitário virou-se contra a própria Europa, Neste sentido, Hannah Arendt (1966) refere que ‘a principal diferença entre a expansão totalitária e a expansão imperialista é que a primeira não reconhece diferença entre o próprio país e um país estrangeiro’ (idem, p.422). Arendt considera que esta distinção contém a natureza ‘total’ do poder totalitário e que, no caso do nazismo alemão, encontra-se enunciada no processo metódico de perseguição dos judeus alemães, entre a chegada de Hitler ao poder, em 1933, e o começo da Segunda Guerra, em 1939. Assim, ‘a afirmação de que todos os judeus são inferiores significa: todos os judeus deviam ser mortos’ (idem, p.385), de modo que o projeto de liquidação total dos judeus alemães preparou o caminho para o programa de liquidação total dos judeus da Europa ocupada. Mas preparou também o projeto de escravização de todos os outros povos da Europa considerados inferiores e que, para a ideologia nazista, estavam apenas um pouco acima dos judeus, o que significava, antes de mais, a submissão racista dos eslavos ao sangue germânico.

Esta perspectiva permite compreender, na minha leitura, uma dimensão do Holocausto que não teve a atenção crítica que merecia, incluindo na própria análise de Hannah Arendt, o facto de que o Holocausto representou a interseção do ódio ao judeu com o ódio ao Ocidente. Assim, o refrão nazista de que os judeus estavam a destruir a Alemanha ganha sentido no quadro da frustração que tomou conta da Alemanha com a derrota do império alemão na Primeira Guerra. O mundo pós-1914 representou o fim da ordem mundial baseada na competição entre os impérios da Grã-Bretanha, França, Alemanha e Rússia pela imperialização do sistema internacional. A emergência dos impérios totalitários na própria Europa, na forma do nazismo e da versão estalinista do poder soviético, que manteve a estrutura imperial do poder russo czarista, representavam visões competitivas, agora, pela imperialização totalitária da Europa. A população alemã apostou no nazismo para recolocar a Alemanha, outra vez, na posição de dominar a Europa, mas, agora, através da destruição da própria Europa como um concerto de nações, porque o nazismo era, então, a expressão, por excelência, da violência movida pela frustração.

Uma realidade fundamental da hierarquia de desigualdade, na sociedade, é que ricos e, em geral, aqueles que controlam o poder – como os próprios comunistas que, ao chegarem ao poder, liquidavam os ricos apenas para os substituir em tudo – conseguem passar os seus interesses e frustrações para os pobres e, em geral, pessoas sem poder que, na verdade, ao falarem dos seus ressentimentos estão, de facto, a expressar objetivos e recalques daqueles que os dominam. Este circuito entre o

andar de cima e os andares de baixo da sociedade foi, em larga medida, a história do antissemitismo europeu que Hannah Arendt definiu como o nexus entre crime e respeitabilidade, conforme as classes e poderes respeitáveis entregam à população o serviço sujo. Mas, na Alemanha nazista, isto tomou um sentido e uma escala completamente nova.

O que pretendo dizer é que, com o nazismo, o antissemitismo tornou-se geo-político. Os alemães e o regime de Hitler comportaram-se, em relação à Europa, como os ricos e poderosos comportam-se no interior das suas sociedades, projetando sobre a Europa os grandes poderes da frustração alemã. Por isso, a enormidade do Holocausto reflete a explosão da Europa que a magnitude das frustrações alemãs lançou contra todos, judeus e não-judeus, colocando o antissemitismo que, tradicionalmente, era uma realidade doméstica, num contexto geo-político mais vasto. Depois de espalhar sobre a Europa a fantasmagoria da morte que criou na própria Alemanha, o poder nazista acabou, com a derrota, por abrir a porta da Europa à fantasmagoria da morte própria do poder soviético que foi, também, em larga medida, depois de 1945, um extravasamento para a Europa de Leste do estalinismo doméstico na União Soviética.

No pós-guerra, a mentalidade anti-sistema de esquerda, em ambos os lados do Atlântico, incorporou, embora mais por exibicionismo do que como um efetivo projeto político, os refrões dos movimentos revolucionários comunistas de que o objetivo não era melhorar a sociedade que existe, mas derrubar e fazer tudo de novo, considerando que a remoção do capital era um processo, necessariamente, violento e que o mundo capitalista estava a colapsar, por causa das suas próprias contradições. Jovens nascidos depois de 1945, ou que, de qualquer forma, não tinham idade para terem tomado parte na Segunda Guerra, denotavam, na campanha contra a Guerra do Vietnam, no Maio de 68 e nos grupos estudantis da extrema-esquerda, nos anos 1960, um frívolo desprezo e aversão pela sua própria sociedade, os valores ocidentais e, ironicamente, contra a cultura do consumo de mercadorias.

A ironia é que um tema distintivo daquele tempo, a liberdade do jovem que sai de casa e vai atrás do seu destino, era, simplesmente, porque a economia, na altura, permitia isso. A liberdade, como os tempos atuais demonstram, é um produto do mercado e pode tornar-se uma mercadoria escassa. Hoje, na era pós-Guerra Fria, os jovens vivem num mundo muito mais tecnológico do que a geração dos finais dos anos 1960, quando, em muitos casos, os seus próprios pais ainda não tinham nascido. Mas, atualmente, ao contrário dos avós de Maio de 68, os netos da era pós-Guer-

ra Fria não têm, crescentemente, condições de sair de casa, porque o que ganham, caso ganhem alguma coisa, não lhes permite viver, ou fazem o caminho inverso, voltando para a casa dos pais que, em muitos casos, precisam da reforma dos avós para ajudarem os netos.

O fim da Guerra Fria deu também origem à esquerda liberal que se virou para o culturalismo, como uma teoria geral do poder, segundo o qual a desigualdade significa, em última instância, a desigual autoridade para impor, de forma supremacista, hierarquias de ‘diferença’, no campo social, racial e do género, instituindo quem é quem e quem manda em quem. Neste sentido, o culturalismo liberal é fundamentalmente uma crítica anti-colonialista e antirracista, considerando que, de uma forma ou de outra, as desigualdades, no mundo de hoje, continuam a ser legados do colonialismo e da perpetuação da cultura do capitalismo de mercado. Um produto deste discurso é a explicação do extremismo muçulmano como um puro resultado epifenomenal da pressão colonialista sobre o Médio Oriente, em particular com os temas do petróleo e de Israel.

Os refrões anti-israelitas dominantes nos países do Médio Oriente são que Israel constitui uma criação do colonialismo, que encravou um estado judeu no Médio Oriente muçulmano, e que os judeus sionistas espalhados pelo mundo são a quinta coluna financeira e política de Israel, com ênfase, segundo essa representação, no, alegadamente, riquíssimo e super influente lobby judeu americano que, também alegadamente, seria responsável por amarrar a política dos Estados Unidos no Médio Oriente aos interesses do estado sionista israelense. Na verdade, é muito problemático falar aqui em ‘islamização do antissemitismo’, porque estes slogans fundamentalmente reproduzem a recitação liberal sobre o assunto.

Os palestinianos refletem a visão progressista de um povo oprimido que continua a travar uma luta pela sua independência. Em contraste, o permanente estado de guerra em Israel para sobreviver como nação, inclusive o facto de que foi invadida por todos os lados no dia da independência em 1948, é observado como sendo guerras de ocupação, por parte de um regime colonialista militarizado. Para alguns, por ocupação entendem-se os territórios ocupados e a expansão de colonatos judeus em áreas palestinianas, a partir da Guerra dos Seis Dias de 1967, enquanto, para outros, todo o estado israelita é ilegítimo. O que está em causa, nesta diferença, é a questão do direito de Israel a existir. Os judeus liberais antissionistas e críticos das políticas israelitas, maioritariamente, consideram, apesar de tudo, que o estado de Israel é um direito inalienável do povo judeu, apoiando o projeto de dois estados na Palestina.

Mas esta divisão de águas não é tão clara assim, no que respeita a largos setores da crítica antissionista que, mesmo que, por conveniência, não neguem, frontalmente, o direito de Israel a existir, negam, na prática, a existência real de 'israelitas', no sentido em que não existem israelitas, só existem judeus e suas quintas colunas. Na verdade, este tipo de visão reflete, de forma flagrante, estereótipos da mentalidade antissemita de que um judeu nunca é apenas um judeu, mas parte de uma insidiosa rede judaica disseminada no mundo, e que, portanto, um judeu nunca está 'no lugar'; ou Israel não é verdadeiramente a terra dos judeus, como a Palestina é a terra dos palestinos, porque os judeus, supostamente, não têm 'terra'.

Por outro lado, é importante colocar o antagonismo contra Israel, no Médio Oriente, no quadro de uma realidade característica das elites do terceiro mundo e tendo em atenção que, no terceiro mundo, a própria classe média é elite, ou gosta de posar como elite. Trata-se do facto de que, ao mesmo tempo que vocalizam discursos anti-colonialistas e invetivas anti-americanas, essas elites procuram ganhar posição e reconhecimento no palco do primeiro mundo e no palco americano, em particular, na área política, cultural e nos media. Além disso, ser reconhecido no primeiro mundo é uma fundamental categoria de prestígio e poder, no contexto doméstico dos seus países. O que acontece é que os judeus têm um lugar preeminente, no mundo ocidental, porque cultura judaica é parte inerente da história do Ocidente. Mais do que isso, Israel, com todos os sincretismos da sociedade israelita, é um país ocidental no Médio Oriente, ou mesmo, Israel é o Ocidente do Médio Oriente. Neste ponto, é bem conhecido o número desproporcional, per capita, de cientistas e engenheiros em Israel, a nível mundial, em relação ao tamanho da população e do país, o que se torna exponencial se tivermos em conta o Médio Oriente e o facto de que Israel realiza a vasta maioria da investigação científica e tecnológica significativa na região.

Sob o manto da crítica a Israel e da defesa da causa palestina, a inveja de Israel e, em particular, a inveja do lugar dos judeus no mundo ocidental é uma questão negligenciada nas abordagens do Médio Oriente, tendo em vista, em particular, que um elemento crucial, como tentei argumentar, para compreender o modo como a instabilidade do Médio Oriente está a conduzir ao colapso geo-político da região foi o fracasso de uma farsa de ocidentalização e secularização.

O problema do criticismo anti-israelita é que pretende demonstrar que o antissemitismo, em sentido próprio, é uma coisa do passado, o que existe, hoje, é, anti-colonialismo e antirracismo, de modo que as alegações de antissionismo são consideradas como apenas chantagem emocional para disfarçar os abusos de Israel. A

denúncia deste criticismo como a máscara do ‘novo antissemitismo’, a que tantos autores, persistentemente, se têm dedicado (por exemplo, Chesler, 2003; Harrison, 2006; Muravchik, 2014; Garstenfeld, 2015), não conseguiu, porém, afirmar prestígio e força crítica. A razão, na minha leitura, é que ambos os campos desta oposição partem, na realidade, do mesmo tipo de essencialismo. Os antissionistas dizem que não são antissemitas, porque o seu objetivo não é discriminar judeus, por serem judeus. Os seus oponentes dizem que a bateria crítica contra Israel expressa, de facto, uma animosidade enrustida contra judeus em geral. O que acontece, porém, é que o ódio ao judeu por ser judeu já não é o problema desde o Holocausto. Desta forma, ‘o novo antissemitismo’ não surgiu com as controvérsias da fundação de Israel, mas representa o próprio significado da viragem histórica representada pelo Holocausto. O totalitarismo era um projeto de poder mundial, mas baseado no ódio contra a civilização ocidental e foi, neste sentido, como referi, que o nazismo deu ao antissemitismo uma nova dimensão geo-política. Os judeus não foram perseguidos, pelos nazistas, porque eram judeus, como acontecia no passado, mas o extermínio dos judeus – e extermínio, como diz Hannah Arendt, é sinónimo de totalidade – estabelecia o cimo do rank da aniquilação ou subjugação dos povos e países da Europa, porque o ódio sem tréguas ao judeu era a medida do ódio nazista contra o Ocidente.

Particularmente revelador da relação entre o antagonismo contra os judeus e a animosidade contra o mundo ocidental foi o referido atentado dos Tupamaros de Berlim Ocidental, em 1969, com o objetivo de matar judeus reunidos para lembrarem as depredações da operação Kristallnacht de 1938. Os jovens radicais alemães culpavam a convivência da geração dos pais com o nazismo e, como refere Hans Kundnani (2009), viam Auschwitz como a verdadeira face do capitalismo, considerando a hipocrisia do mundo capitalista ocidental, e a criação da Alemanha Ocidental, em particular, a continuidade de Auschwitz por outros meios. Mas, então, por que matar judeus, se Auschwitz é a sinédoque do Holocausto? Porque, para os radicais de esquerda, esse era o meio de atingir a hipocrisia de fazer da grande sinagoga de Berlim destruída pelos nazistas a sede do Centro Judaico da antiga capital do III Reich. Neste tipo de visão, que é, em última instância, tributária do problema da esquerda com a ‘ambiguidade’ dos judeus, até mesmo quando são perseguidos, os judeus são parte da destruição capitalista representada por Auschwitz. Isto inclui a imposição do estado de Israel, tendo alguns militantes dos Tupamaros berlinenses, como referi, feito estágio de terrorismo na Jordânia com operacionais palestinos. Uma última expressão deste tipo de radicalismo de jovens alemães foi quando caiu o Muro de Ber-

lim, conforme certos grupos protestaram, junto do muro derrubado, contra o fim da Alemanha de Leste, porque, mesmo não considerando o comunismo de inspiração soviética o ‘verdadeiro comunismo’, a unificação da Alemanha representava a unificação das forças capitalistas e o fim da possibilidade da utopia socialista.

No entanto, como procurei argumentar, a violência anti-judaica só se torna um facto político e social, quando o ativismo antissemita consegue manipular as divisões internas de uma sociedade, ou os problemas dessa sociedade com o lugar que ocupa no mundo. Na Alemanha nazista, os ódios antissemitas domésticos extravasaram para a Europa, junto com a máquina de guerra alemã. Hoje, o antissemitismo da esquerda ocidental extravasou para a periferia muçulmana. É necessário ser claro sobre a linha de pensamento que estou a propor aqui. Esta situação começou com o apoio à causa palestiniana, onde o objetivo era muito mais atingir Israel do que defender os palestinianos. Neste sentido, ‘Israel’ passou a ser um significante de negação, em paralelo com a negação do Holocausto, a opinião de que a morte de seis milhões de judeus europeus nunca aconteceu, tratando-se de mais uma mentira sionista. Mas enquanto a infeliz negação do Holocausto constitui uma afirmação frontal de antissemitismo, Israel é a referência de um antissemitismo negado, porque ninguém respeitável pode ser, depois do Holocausto, abertamente antissemita, no Ocidente. Por isso, o argumento respeitável de que antissionismo não é mais antissemitismo. O crime moral da negação do Holocausto, por intelectuais de segundo escalão, faz, na verdade, o serviço sujo para a negação do antissemitismo, por intelectuais, políticos e pelos media que ocupam uma posição respeitável, ou melhor, que retiraram aos conservadores, na cultura política atual, o poder para definir o respeitável.

A partir do 11 de Setembro, a categoria ‘muçulmano’ passou a estar na linha da frente do mercado político ocidental. É interessante que, primeiro, os palestinianos não eram vistos como ‘muçulmanos’, não apenas porque uma fração da população palestiniana é cristã, mas porque, tradicionalmente, o Médio Oriente era observado, tanto pela esquerda como pela direita, como uma cultura política incuravelmente retrógrada. Desta forma, a Revolução Islâmica do Irão de 1979, em particular, foi vista como uma importação oportunista de um conceito puramente ocidental de ‘revolução’ para fetichizar o resgate de formas tradicionais de autoritarismo e repressão. O problema é que, com o 11 de Setembro, a esquerda liberal passou a englobar os muçulmanos em geral no foro privilegiado que, tradicionalmente, a esquerda reservava aos palestinianos.

A questão muçulmana tornou-se, assim, um tema ubíquo no confronto entre ‘li-

berais' e 'conservadores' que, igualmente, reflete a influência internacional da cultura política doméstica americana. Por 'liberal', entende-se o facto de que, com a extinção da dominação política e intelectual da esquerda europeia, que começou mesmo antes do fim da Guerra Fria, a crítica 'à esquerda' passou a ser dominada por intelectuais, políticos e media americanos, com eco ao longo de todo o espectro da sociedade americana. Ou seja, não se trata mais de uma confrontação de classe entre 'ricos' e 'pobres', mas da contraposição do campo liberal ao que consideram a mentalidade filistina conservadora. É, desta forma, irónico que 'liberal' e 'liberalismo' eram, tradicionalmente, anátemas da esquerda europeia para definir o capitalismo dominado pela América e as noções 'neo-liberal' e 'neo-liberalismo' foram a última patente desta retórica. Ao mesmo tempo, era típico dizer que, na América, não existia 'verdadeira esquerda'. Mas, atualmente, a crítica progressista e anti-autoritária é, cada vez mais, a província do discurso liberal americano que acabou, de uma forma, ou de outra, por encapsular a esquerda europeia que contribui ou, simplesmente, reproduz o culturalismo liberalismo e anti-americanismo progressista americano.

Na verdade, o próprio anti-americanismo é, hoje, fundamentalmente um fenómeno americano, a partir de um conceito de multiculturalismo que confunde a diferença entre a 'América' e o 'mundo'. O poeta, académico e crítico literário Charles Bernstein designou esta situação, inteligentemente, de 'internacionalismo doméstico' (Bernstein, 1999, p. 116), conforme os liberais americanos consideram que a América é, inerentemente, 'multicultural' e que os conservadores querem perpetuar, à força, uma falsa América 'americanista' de supremacia branca e protestante. Neste sentido, anti-americanismo é, crescentemente, o movimento contra o 'americanismo', como a expressão, segundo essa opinião, dos dogmas do 'excecionalismo americano' e do 'destino manifesto' da América. A ironia, na verdade, é que, ambos, americanismo conservador e anti-americanismo liberal, são expressões da própria preeminência da América, constituindo, neste caso, o poder em projetar no mundo os conflitos da política doméstica dos Estados Unidos, designados, no jargão americano, como 'guerras culturais', no sentido de uma guerra de valores para definir o conceito e a prática da democracia americana.

E, precisamente porque o 'internacionalismo doméstico' dos liberais não faz distinção entre política interna e política externa, a guerra ao extremismo muçulmano, como ameaça estratégica à segurança geo-política, é tratada sob o ângulo das guerras domésticas. Assim, o combate à islamofobia, ou, pelo menos, o que se designa convenientemente sob este rótulo, adquiriu a maior importância na agenda liberal,

considerando que a aversão ou discriminação contra muçulmanos é a expressão, por excelência, do americanismo filistino e xenóforo. O objetivo é combater generalizações acusatórias que pretendem responsabilizar o conjunto da comunidade muçulmana pelos crimes de uma minoria de extremistas. O problema, porém, é que, numa cultura democrática, a defesa dos direitos de um grupo ou segmento da sociedade contra a marginalização tem de adquirir, necessariamente, a forma de movimentos sociais auto-determinados. Assim, o sucesso do movimento da emancipação feminina foi porque as mulheres tomaram conta da sua própria representação, sem patrocínios masculinos, do mesmo modo que o movimento de igualdade racial significa que a comunidade negra não se deixou simplesmente patrocinar por munificência branca. E a libertação homossexual é porque as pessoas LGBT não estão à espera que ninguém as defenda social e sexualmente.

No entanto, o que ocorre, tipicamente, depois de cada novo atentado terrorista é a mobilização de grupos e media liberais para blindar a comunidade muçulmana contra afirmações de convivência, prática ou moral, das comunidades muçulmanas, na perpetuação deste tipo de violência. Isto produz, por parte de muçulmanos, um discurso, segundo o qual os muçulmanos, no Ocidente, sofrem duas vezes, na sequência de um atentado. Primeiro, sentem, como qualquer outro, a perda de vítimas inocentes, mas sofrem, em particular, porque os próprios muçulmanos são vítimas de ostracização e acusações gratuitas. Nesta narrativa, os próprios muçulmanos são as vítimas do terrorismo, enquanto, num discurso paralelo, os muçulmanos são ‘os novos judeus’, porque, à semelhança dos judeus, no passado, os muçulmanos são perseguidos, por causa da sua religião, e também porque são colocados em ‘guetos’ pelo preconceito. De facto, esta mimese teve uma primeira versão, em relação os palestinianos como, por assim dizer, os judeus dos judeus, no sentido em que os judeus desenvolvem uma narrativa sobre o facto de que, ao longo da história, se procurou retirar direitos humanos aos judeus, mas, agora, são os judeus que, segundo essa visão, fazem isso com os palestinianos, segregados em guetos territoriais, da mesma forma que os refugiados palestinianos são considerados, em certas comparações, representar a diáspora que foi já um símbolo da condição judaica ameaçada.

A questão relevante, de qualquer forma, é que a luta contra a violência jihadista não se tornou um movimento social muçulmano. Um caso particularmente indicativo é fornecido pela campanha global ‘Bring Back Our Girls’, dirigida, em larga medida, por mulheres, na sequência do rapto de 276 jovens adolescentes, pelo grupo nigeriano Boko Haram, na noite de 14 para 15 de Abril de 2014, na cidade de Chi-

bok, nordeste da Nigéria, sendo as jovens levadas numa marcha pela selva, acompanhada de estupro, escravatura sexual, casamentos forçados e conversão forçada ao Islão. Mulheres de todos os continentes consideraram aquelas jovens como ‘nossas’. Mas o movimento foi pouco ou nada expressivo, tanto no Médio Oriente, como nas comunidades muçulmanas na Europa e nos Estados Unidos, ou ainda por parte de mulheres muçulmanas que costumam ser ativistas contra o que consideram a ignorância acerca da posição da mulher na religião e cultura islâmica.

É necessário ter em atenção que a identidade, hoje, é fundamentalmente construída como uma competição no mercado da identidade. Nomeadamente, o esforço pela afirmação hispânica, nos Estados Unidos, reflete a intenção da cultura latina de disputar prestígio e posição com os grupos tradicionais do melting pot americano, baseado, em particular, em imigrantes de origem europeia. O que acontece é que o espetáculo político do extremismo deu uma visibilidade à comunidade muçulmana, nos Estados Unidos, em particular, muito para além da sua influência e impacto na sociedade americana, incluindo invocações de regimes de exceção, acerca do direito de muçulmanos atuarem de acordo com os seus valores culturais e religiosos também na esfera pública. Este é o caso dos pleitos laborais decorrentes da negação do pedido de interrupções durante a jornada de trabalho, para rezar cinco vezes ao dia; ou funcionárias que processam judicialmente as empresas que as dispensaram, porque o uso do véu contradiz a cultura da empresa; ou ainda a reivindicação de assistentes de bordo que pretendem ter reconhecido o direito de não servir álcool aos passageiros, porque vai contra a sua religião.

Isto costuma ser endossado, no campo liberal, como expressão da liberdade de religião, numa cultura secular, onde todas as religiões são iguais. O problema é que adaptar a vida pública à religião privada não é cultura secular; é sectarismo. Além disso, o privilégio conferido a religiões do monoteísmo abraâmico é também uma flagrante discriminação das outras denominações religiosas. Mas mais importante é que a tradição da esquerda não tem sido, verdadeiramente, mesmo nos Estados Unidos, a defesa da cultura secular, mas sim do secularismo; ou seja, a crítica da própria realidade da religião e, antes de mais, dirigida à tradição cristã considerada uma marca do conservadorismo e ultramontanismo ocidental. Desta forma, defender os símbolos religiosos muçulmanos é uma nova febre da esquerda liberal, porque o que está em causa, realmente, não é a religião, mas a corrosão iconoclástica para colocar em causa os símbolos da cultura dominante. Esta questão é particularmente enfatizada no tema do véu muçulmano que a esquerda progressista considera um símbolo

da identidade feminina que tem de ser respeitado, quando é opção da mulher. O problema é a vista grossa, quando se trata, ao contrário, de falta de opção, numa cultura onde símbolos religiosos fetichizam o sexismo. Assim como acontece com os palestinianos, em relação ao antissionismo e a acrimónia contra Israel, também o que está em causa é que a defesa dos muçulmanos não é para defender muçulmanos, mas para atingir os conservadores.

A integração da comunidade muçulmana, ou de qualquer cultura, na sociedade ocidental implica preencher a exigente check list da democracia. Neste sentido, a igualdade democrática costuma ser contraposta ao colonialismo, como a imposição da cultura ocidental e a inferiorização da diferença do outro. O problema é que democracia é cultura ocidental também e, se não é imposta por colonização, não é também, de modo algum, uma aquisição self-service. Por isso, a ideia de que a democracia se transforma ou, de qualquer forma, adapta-se conforme a sociedade, é um absurdo reproduzido por poderes autoritários que adotam versões puramente cosméticas de ordem democrática para perpetuarem o poder do abuso. A igualdade da mulher, a liberdade de opção sexual, a noção de família estendida à união de dois homens ou de duas mulheres, por exemplo, não são realidades adaptáveis a pontos de vista e, muito menos, a usos e costumes. Além disso, ironicamente a antipatia que grupos liberais desenvolveram pela ideia de ‘guerra ao terror’, identificada com o militarismo da administração George W. Bush, é que, em larga medida, a história da democracia tem sido a contínua expansão da guerra contra o terror do abuso e da humilhação, incluindo a visibilização pública, através da aplicação da lei e da intervenção, dos terrores da violência doméstica, não permitindo que as pessoas transformem as suas casas em redutos privados de poder fora da lei, incluindo em nome da sua ‘cultura’.

Um refrão conhecido declara que a maior parte das vítimas do extremismo são muçulmanos, nas próprias sociedades muçulmanas. Normalmente, esse comentário serve para corroborar, oportunamente, o discurso de que a maior parte dos muçulmanos nada tem a ver com o extremismo. A questão, no entanto, é que a maior parte das vítimas são muçulmanos, porque o radicalismo jihadista é a expressão de uma guerra de todos contra todos interna ao Médio Oriente e de que o extremismo não é a causa, mas a consequência. A violenta emergência do ISIS, o Estado Islâmico herdeiro da al Qaeda, é particularmente demonstrativa desta realidade. O facto de a vasta área controlada por este grupo estender-se por territórios do Iraque e da Síria foi descrito, por muitos analistas, como o fim do mapa do Médio Oriente desenhado

com o Acordo Skyes-Picot, pelo qual a França e a Grã-Bretanha dividiram entre si, depois da Primeira Guerra Mundial, as esferas de influência do território do antigo Império Otomano, ficando a Síria e o Líbano para a França e o Iraque e a Palestina para a Grã-Bretanha. Na realidade, as atrocidades do Estado Islâmico ocuparam o vazio criado pela transformação do Iraque e da Síria em estados falhados.

Assim, depois da retirada das tropas americanas, a partir de 2007, o Iraque, agora governado pela maioria xiita, ficou inteiramente sob a influência do Irão, passando a desenvolver uma política sectária contra a comunidade sunita, que perdeu o poder com o fim do regime de Saddam Hussein, e que acabou por se virar para os extremistas do Estado Islâmico. Por outro lado, a guerra civil na Síria começou como um levantamento contra o regime Assad e degenerou numa guerra generalizada, onde o inimigo do meu inimigo é meu inimigo também, fazendo do colapso da Síria a expressão do crescente colapso geo-político do Médio Oriente, conforme também os diferentes conflitos da região confluem para o conflito sírio.

Observado desta forma, o extremismo é uma força destrutiva da periferia, mas de uma periferia especial, no sentido em que a crise de segurança no espaço geopolítico muçulmano tem um impacto único na segurança mundial e nos interesses dos grandes poderes mundiais. A perspectiva de forças assimétricas radicais do Médio Oriente poderem colocar o mundo em xeque, enfrentando a América e a Europa, é uma megalomania de periferia que corresponde, no campo social, à megalomania dos andares de baixo da sociedade que mimetizam os andares de cima da hierarquia social e do poder. Por isso, é evidente o contraste da insurgência extremista, hoje, em relação aos movimentos de libertação dos anos 1960 e 1970, a guerra da Argélia e a guerra do Vietnã, que também usavam um discurso anti-colonialista de patente ocidental, mas levantando a bandeira de que as lutas de um povo podem beneficiar as lutas de outros povos pela sua libertação, noutros lugares do terceiro mundo. Em contraste, o extremismo muçulmano é manifestamente autotélico, quer dizer, é dirigido somente para o que é muçulmano, demonstrando um desprezo pelos outros povos e pelas lutas dos outros, de que, tradicionalmente, se acusa o colonialismo supremacista e os interesses do capital ocidental.

Neste contexto, os extremistas mimetizam e aproveitam do ódio doméstico que domina as guerras culturais, nos Estados Unidos, conforme a esquerda liberal recusa uma crítica do extremismo muçulmano, porque considera que os conservadores americanos são extremistas e perigosos também, à sua maneira. Uma expressão disto é a recusa em utilizar a própria noção de 'extremismo muçulmano', usando, em

seu lugar, o descaracterizado pleonasma ‘extremismo violento’. Também durante a Guerra Fria, como sabemos, muitos setores da esquerda ocidental recusavam apoiar as denúncias da aniquilação dos direitos humanos e da liberdade política, nos países do bloco soviético e nos regimes comunistas, em geral, para não darem argumentos ao que consideravam o campo reacionário da democracia liberal. Na altura, porém, o teatro geopolítico da Guerra Fria era definido pela luta entre duas superpotências, enquanto o extremismo é uma ameaça estratégica assimétrica. Ou seja, não existe outra superpotência adversária, do outro lado, com os mísseis nucleares apontados, o que permite muito maior aventureirismo ideológico. A questão provocativa, porém, é que, atualmente, a ideia de forças assimétricas contra o poder americano não pode ser reservada apenas ao impacto global do extremismo jihadista e do terrorismo na arena muçulmana. As guerras em casa, na arena doméstica americana, são também uma fonte privilegiada de poderes assimétricos.

Neste sentido, o agravamento da crise de segurança estratégica do Médio Oriente e da região muçulmana, em geral, costuma ser explicado como consequência da própria política externa americana, como é o caso do criticismo da guerra do Iraque e a decisão da administração Bush de mudar o regime de Saddam Hussein pelo uso da força. No entanto é importante compreender que a preeminência da América reflete-se também, na forma como as guerras culturais da política doméstica e da sociedade americana se projetam no mundo. Muitos pretendem afirmar que, depois do 11 de Setembro, a América perdeu o estatuto de única superpotência que ganhou, quando os soviéticos perderam a Guerra Fria. Mas ninguém tem dúvidas de que a América é a única superdemocracia do mundo. A ironia, porém, é que a ameaça extremista aos valores democráticos deu lugar, na sociedade mais democrática, não a uma refutação do extremismo, mas ao aventureirismo do ‘internacionalismo doméstico’, segundo o qual não é possível combater a violência extremista, com origem no espaço muçulmano, sem combater a violência racista e colonialista que continua a alimentar, em grande medida, segundo essa visão, a própria sociedade americana.

O combate à islamofobia e ao sionismo são parte constitutiva desta guerra cultural, mas, como tentei demonstrar, o antissemitismo depois do Holocausto não pode ser separado do ódio ao Ocidente. Neste sentido, muitos repudiam a comparação de que, como o Êxodo bíblico representou a passagem do povo judeu do Egito para a Palestina, a fundação de Israel, em 1948, absorveu o êxodo, em direção à Palestina, dos judeus sobreviventes do Holocausto, mas o nexus do Holocausto com Israel é sobretudo, porque, com Israel, o antissemitismo ganhou uma nova dinâmica geo-

-política entre o centro e a periferia. E como não existe antissemitismo sem o fomento da inveja e da violência que vem da frustração, as frustrações muçulmanas e o aventureirismo liberal que explora esses recalcamientos criaram um circuito ao longo da capacidade da sociedade americana e da área muçulmana, embora em sentidos diferentes, de projetarem no mundo os seus conflitos domésticos e fazerem o mundo afundar-se nesses conflitos, incluindo a realidade de que, hoje, como no passado, a respeitabilidade do centro precisa dos crimes da periferia.

REFERÊNCIAS

- Arendt, Hannah (1966). *The Origins of Totalitarianism*. Harcourt, Brace & World.
- Bernstein, Charles (1999). *My Way: Speeches and Poems*. The University of Chicago Press.
- Chesler, Phyllis (2003). *The New Anti-Semitism: The Current Crisis and What We Must Do About It*. Wiley.
- Cox, Oliver Cromwell (1970). *Caste, Class, and Race*. Nova York: Monthly Review Press.
- Finkelstein, Norman G. (2008). *Beyond Chutzpah: On the Misuse of Anti-Semitism and the Abuse of History*. University of California Press.
- Fraser, Nancy (1997). *Justice Interruptus: Critical Reflections on the 'Postsocialist' Condition*. Routledge.
- Gerstenfeld, Manfred (2015). *The War of a Million Cuts: The Struggle Against the Deligitimization of Israel and the Jews, and the Growth of New Anti-Semitism*. Jerusalem Center for Public Affairs.

Girard, René (1991). *A Theater of Envy: William Shakespeare*. Oxford University Press.

Harrison, Bernard (2006). *The Resurgence of Anti-Semitism: Jews, Israel, and Liberal Opinion*. Rowman & Littlefield Publishers.

Kundnani, Hans (2009). *Utopia Or Auschwitz: Germany's 1968 Generation and the Holocaust*. Columbia University Press.

Muravchik, Joshua (2014). *Making David into Goliath: How the World Turned Against Israel*. Encounter Books.

Wistrich, Robert S. (2012). *From Ambivalence to Betrayal: The Left, the Jews, and Israel*. University of Nebraska Press.

Carlos Alberto Afonso.

Professor Associado, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.

Resumo / Abstract

Antissemitismo e Extremismo Hoje: O Circuito Entre o Centro e a Periferia

A persistência e, mais exatamente, o surto de antissemitismo, no mundo de hoje, devem ser compreendidos no contexto mais vasto que foi aberto, na história do antissemitismo, não pela fundação do estado de Israel em 1948, mas pelo Holocausto, quando o regime nazista da Alemanha reuniu o ódio contra os judeus com o ódio contra o Ocidente. Também significativo, atualmente, na era do extremismo muçulmano, é que o dominante culturalismo da esquerda liberal promove uma inflamada beligerância contra o que considera o tecido conservador da sociedade e da política ocidental. Em larga medida, antissemitismo e extremismo muçulmano constituem um circuito problemático entre as democracias avançadas ocidentais e regiões atrasadas de violência política e cultural, em vez de representarem demarcações claras entre estes dois mundos.

Palavras Chave: Anti-semitismo, extremismo, Holocausto, ódio pelo Ocidente, Israel, esquerda liberal.

Anti-Semitism and Extremism Today: The Circuit Between the Center and the Periphery

The persistence, and more accurately, the surge of anti-Semitism in today's world should be understood in the broader context which was opened up, in the history of anti-Semitism, not by the foundation of the state of Israel in 1948, but by the Holocaust, when the Nazi regime of Germany put together hatred against the Jews and hatred against the West. Also significant today, in the age of Muslim extremism, is that the dominant culturalism of the liberal Left promotes an inflamed belligerence against what it considers the conservative fabric of Western society and politics. In large measure, anti-Semitism and Muslim extremism constitute a problematic circuit between advanced Western democracies and the backwoods of political and cultural violence, instead of representing clear demarcations between these two worlds.

Keywords: Anti-Semitism, extremism, Holocaust, hate for the West, Israel, liberal Left.